

MADEIRA

Continua luta contra os eucaliptos

Deputados derrubaram um veto do governador e devem derrubar outro neste mês

Cristina D'Ávila
de Vitória

As tentativas de a Assembléia Legislativa do Espírito Santo de barrar a expansão da base florestal da Aracruz Celulose não interrompeu a atividade de plantio de eucalipto no Estado, graças à força de uma liminar conquistada no Supremo Tribunal Federal (STF) pela empresa. O diretor de Operações da indústria, Walter Lídio Nunes, explicou, ontem, que a investida dos deputados, a contar de outubro de 2001, afeta o plano de crescimento da empresa.

"Dependemos do plantio da silvicultura, uma atividade reconhecida no primeiro mundo. A lei tenta cercear uma atividade altamente importante para o País, que gera divisas na balança comercial e é relevante para o mundo", disse Nunes. O mais recente investimento da empresa - sua terceira unidade de celulose no parque capixaba - consumiu quase US\$ 800 milhões. A nova fábrica recém inaugurada elevará a produção da Aracruz de 1,3 milhão para 2 milhões de toneladas a partir do próximo ano.

Veto é derrubado

A primeira tentativa de conter o reflorestamento de eucalipto da Aracruz no Estado deu-se por meio da proibição do plantio, imposto pela lei estadual nº 6.780, de 4 de outubro de 2001. Até o veto do governador à matéria foi derrubado pela ampla maioria dos deputados. Seu conteúdo interrompia o avanço do eucalipto até a realização de um zoneamento agro-ecológico a ser feito pelo Estado, com o objetivo de definir áreas adequadas para o plantio e, assim, evitar a ocupação de terras produtivas. Na prática, esse mapeamento até hoje não saiu do papel. Essa lei teve seus efeitos suspensos pela liminar do STF.

A segunda ação dos deputados de tentar inibir o avanço da mo-

nocultura ocorreu, depois, com a aprovação do projeto de lei nº 287/2002, que mais uma vez contou com o veto do governador. Desta vez, a matéria limita o plantio de espécies exóticas de forma generalizada e não só atinge o eucalipto como também o café, entre outros. O veto do governador é um dos itens na pauta dos deputados, que retornaram do recesso parlamentar na semana passada. E pode, novamente ser derrubado.

Com esse segundo projeto, os deputados condicionam o licenciamento das atividades de silvi-

cultura para plantio de espécies exóticas à apresentação do estudo e o relatório de impacto ambiental. O advogado Sérgio Bermudes, que ajuizou a primeira ação na defesa do eucalipto em nome da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), já anunciou sua intenção: "Trata-se de uma lei estúpida. Quantas leis a Assembléia Legislativa do Espírito Santo fizer, tantas terão sua eficácia suspensa no STF, pois nós iremos recorrer", disse.

Autor da lei 6.780 e do novo

projeto de lei 287/2002, o deputado estadual Nasser Youssef (PSDB) explicou que sua meta é disciplinar a silvicultura no Estado. Enquanto isso, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), aberta na Assembléia Legislativa, investiga as atividades de reflorestamento da empresa no Estado. Ontem, a CPI convocou o presidente do Conselho de Administração da indústria, Erling Lorentzen, para prestar depoimento. Como havia agendado compromissos no exterior, anteriormente, Lorentzen enviou uma carta ao legislativo.

"Florestas comerciais são aliadas"

Dirceu Pio
de São Paulo

Está na hora de olhar para o eucalipto e o pinus como aliados e não mais como vilões da causa ambiental. A recomendação é do economista Ademar Romeiro, chefe geral do Centro Nacional de Pesquisa e Monitoramento por Satélite (CNPMS), da Embrapa, em Campinas (SP). Embora não conheça o caso específico do Espírito Santo, considera, em tese, antiambiental toda medida ou atitude que se oponha à implantação de florestas comerciais, com o uso das duas espécies, no País.

Paradas no tempo

Obstáculos ao plantio dessas variedades são, segundo Romeiro, ainda mais graves neste momento em que começa a faltar madeira desse tipo para uso como lenha, para construção civil e mesmo para indústrias de móveis nas regiões sul e sudeste: "É evidente que vai aumentar a pressão sobre as matas nativas. O próprio governo federal deve lançar um programa de incentivo ao plantio de pinus e eucalipto" lembrou.

As pessoas que se opõem às

florestas comerciais, segundo Romeiro, estão paradas no tempo: "Elas tinham razão há 15 ou 20 anos atrás, na época do incentivo fiscal, quando inúmeras empresas sacrificaram remanescentes importantes de matas nativas para plantar as variedades exóticas. Esse medo, hoje, não se justifica".

Romeiro cita vários exemplos em São Paulo e Minas Gerais em que foram justamente o eucalipto e o pinus que contribuíram para a regeneração de extensas áreas de mata atlântica: "Em Rio Claro, no interior de São Paulo, o horto florestal implantado há várias décadas pela antiga Ferrovia Paulista é um exemplo cabal de como o eucalipto pode ajudar na proteção à regeneração das espécies nativas. Há casos também interessantes na Serra da Mantiqueira, em Minas Gerais, com as florestas comerciais implantadas pela Companhia Melhoramentos".

Vale do Paraíba

No momento, Ademar Romeiro acompanha com especial interesse a tentativa dos ambientalistas do Vale do Paraíba, em São

Paulo, de barrar a implantação de florestas comerciais em pastagens: "É um contra-senso total, pois os ganhos ambientais do plantio dessas variedades exóticas seriam muito grandes. Temos lá na região, hoje, extensas áreas ocupadas por pastagens decadentes, cujo solo é bombardeado de modo sistemático por erosão e incêndio". Romeiro defende que a floresta comercial deva ser implantada dentro de um desenho ecológico em que se preservem "corredores" e "ilhas" de matas nativas. "Desse modo, é possível afastar o gado, já que se oferece uma alternativa econômica ao proprietário da terra, e evitar a erosão e o fogo". O pinus e o eucalipto, dentro desse modelo, já implantado em muitos lugares, funcionam como uma espécie de proteção das matas nativas, especialmente do solo. Ademar Romeiro lembra ainda que as florestas comerciais no Brasil, devido à umidade excessiva do ar, não estão sujeitas a "incêndios espetaculares", frequentes em países como Estados Unidos e Canadá.